

# debate sobre a divisão do Piauí

Átila Lira

## Porque criar primeiro um território federal para depois se criar um estado autônomo?

Os procedimentos administrativo e jurídico de criação de uma unidade federada sempre seguem o seguinte: você cria um território como espaço federal, de responsabilidade do poder público federal, no caso, a União; você estrutura esse território, criando os serviços essenciais de saúde, educação, segurança, infra-estrutura; organiza o poder judiciário; depois, esse território passa a ter uma representação de quatro deputados, um governador nomeado pela União, com papel de organizar toda a estrutura administrativa do território, para que se criem as condições de emancipação, de formação de um estado autônomo com poderes estabelecidos. Um processo de intervenção para desenvolver uma região ou é feito pela iniciativa privada com apoio da comunidade ou pelo poder público. Se isso ocorrer na forma de território, os investimentos feitos são patrocinados pela União. A União não está disposta a criar nem uma unidade federada, nenhum território ainda, mas há um estudo do Governo federal no sentido de fazer uma redivisão do território nacional. A forma de intervenção do Governo federal será através de territórios nacionais. Em nenhum momento a União admite a criação de estados. Dentro do planejamento estratégico do Governo, de ocupar as regiões de fronteiras, como na Amazônia, que tem problemas de invasão de terras, com tráfico de drogas, problemas de segurança nacional. Esses espaços de limites não foram ocupados, as populações se concentram nas grandes cidades. As regiões fronteiriças não têm infra-estrutura, não têm a presença de Governo e caminham para se tornarem desabitadas. Então, a idéia do Governo é criar territórios para que esse planejamento se efetive.

## E quando esses territórios federais que estão sendo estudados pelo Governo federal deverão ser instalados?

Isso deve ser feito ainda no governo Lula. Há uma pressão no poder central, sobretudo quanto à estratégia de segurança nacional. Essa redivisão do Piauí seria estratégica nesse momento.

## O senhor acha que, com a democracia brasileira caminhando para o amadurecimento, a população aceitaria a indicação de seus representantes?

Podemos inovar e, ao invés de indicarmos o governador como funcionário do Governo, poderíamos trabalhar a idéia de eleição, assim como com os deputados. Não precisaria ser um plebiscito. Po-

deria-se apenas mudar as regras tradicionais e fazer um processo democrático. O povo está preparado e sabe votar.

## E porque não é vantajoso se criar um estado imediatamente?

Se você criar uma unidade federada, você vai começar com uma despesa com poder legislativo, com os tribunais, com os serviços essenciais de Governo. No orçamento atual do Piauí, isso custa 500 milhões de reais. A União só tem obrigação de repassar recursos, se for território. Se for unidade autônoma, a União só vai transferir o chamado Fundo de Participação, que será tirado do Piauí. Não há essa história de que o Piauí vai abrir mão do sul do estado e vai continuar com o Fundo de Participação. Todo desmembramento implica divisão de receita – de despesas também, é claro. Mas o estado a ser criado não vai ter recursos extraordinários. Só há recursos extraordinários se for território, que contará com um planejamento da União. Tem de parar com essa história de dizer que há recurso novo. Não há recurso novo para unidade federada.

## Então essa é uma decisão mais política...

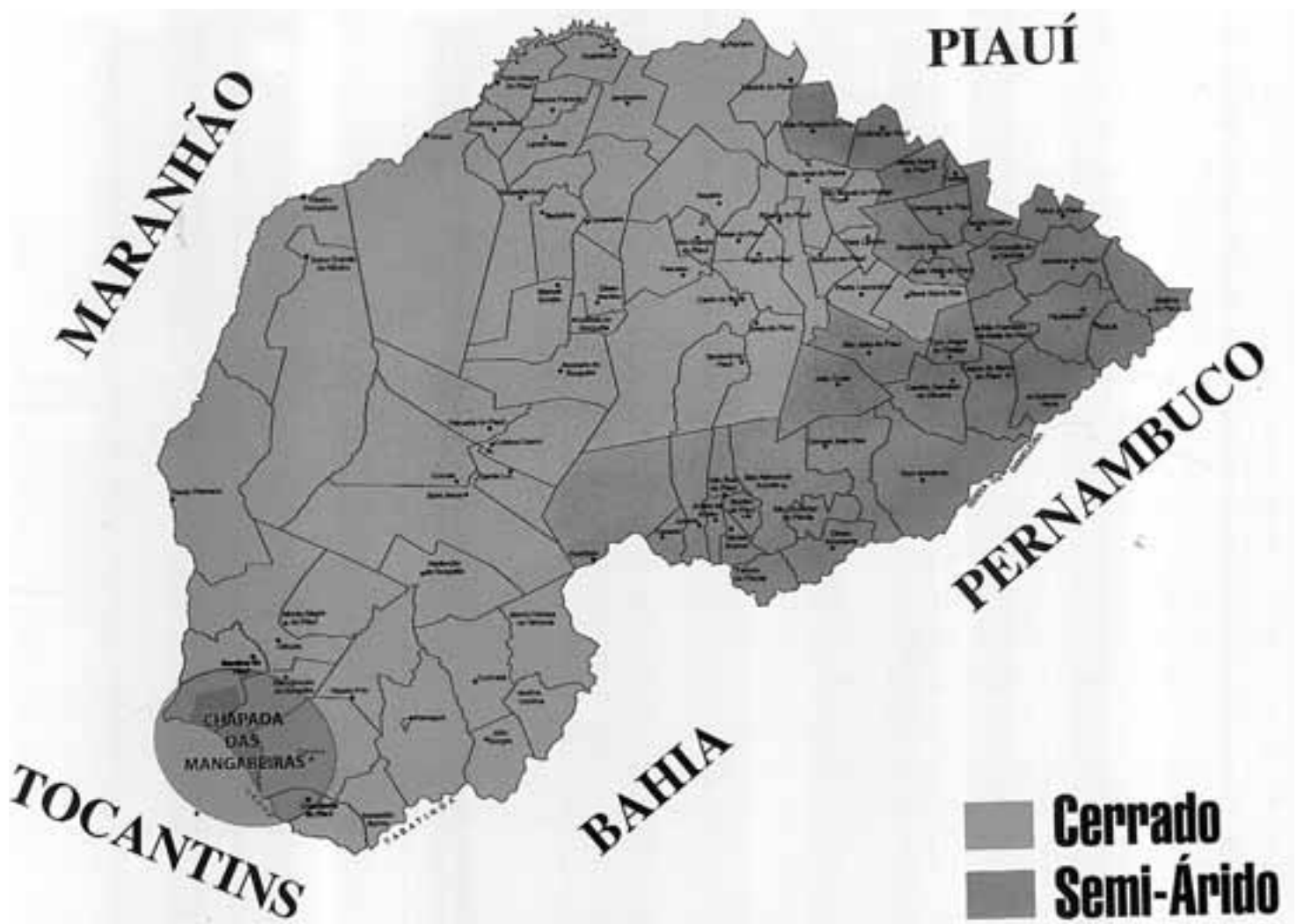
Citam-se os exemplos do Tocantins, do Mato Grosso do Sul. Aquilo foram momentos políticos de um Brasil que tinha inflação e que podia tomar essas decisões sem se preocupar com o porvir. Eu ajudei a criar o Tocantins, mas depois nós vimos que todos os estados perderam receita. Até [atingir] o desenvolvimento desses estados, foi-se quebrando as receitas dos outros [estados] que os originaram. E outra coisa... os Governos eram outros, a realidade hoje é outra. Existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal que não permite mais criar um estado e uma série de poderes a serem financiados à custa da Nação para atender a reclamações políticas.

## O senhor concorda com o argumento de que se trata de um interesse das oligarquias daquela região?

A principal razão da briga do sul do estado em relação à autonomia são os investimentos que deixaram de se feitos pelos Governos. Não quero discutir questão de oligarquia, porque ela existe em todos os lugares, é uma questão de elite que sempre existe. O que eu posso dizer é que hoje há uma presença maior do Governo no sul do estado, de estradas, energia. O governo do Wellington Dias tem uma atenção muito grande com o sul do Piauí, especialmente por ter o apoio do Lula. Hoje há um programa efetivo de ação do Governo do estado que vai atender a muitas reclamações.



**Futuro Estado Do Gurguéia**



## E a questão do isolamento político-administrativo?

Para o atual governo e pela pressão que o sul do estado faz, esse isolamento é bem menor. O sul é carente e tem uma atividade econômica, a soja, que faz com que os investimentos públicos caminhem para aquela região. O próprio desenvolvimento econômico está obrigando o Governo a investir mais pesadamente naquela região.

## Quanto ao anúncio de seu posicionamento sobre a criação de um território federal para que a população do vale do Gurguéia aprendesse a governar...

Esse aprender a governar não é pejorativo. Houve um erro de interpretação. O Jesualdo é um apaixonado pela causa, que é uma causa legítima, e falou aquilo de forma emocional, agredindo um companheiro dele de longa data. Eu falei sobre a importância de se estruturar o território para se tornar um estado e não aprender a governar no sentido de ter capacidade para gerir as atividades de Governo no sul do estado

ou em qualquer lugar. O sul do Piauí hoje tem um quadro de político com muita capacidade, como o próprio Jesualdo, e igual a ele têm muitos, têm feitos. O consócio das águas é exemplar, muito bem administrado pelas pessoas da região. É preciso descentralizar as ações do estado para resolver as demandas nessa região.

## Então a descentralização faria desnecessária a emancipação do Gurguéia?

É claro. A descentralização pode tornar desnecessária a separação do estado. Termina desaparecendo esse reclame. A descentralização acaba com essas idéias separatistas. Eu não tenho currais eleitorais. Eu falo como pessoa que está vendo as questões públicas. Não tenho pretensão política nenhuma ao entrar nessa questão. Estou sugerindo uma alternativa e peço que refluam sobre ela. A idéia é bem aceita. Eu sinto que muitos estão começando a refletir sobre o fato de ser uma idéia consistente.



Átila Lira acha que melhor seria criar o Território do Gurguéia antes do mesmo virar estado